



## APRESENTAÇÃO

# OS DEZ ANOS DA ABECS E OS DESAFIOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA FRENTE À REFORMA DO ENSINO MÉDIO

W<sub>alace</sub> F<sub>erreira</sub><sup>1</sup>

A Lei nº 13.415/2017 e seus desdobramentos (BNCC, novo PNL D e BNC-Formação) nos mostram que, definitivamente, não aprendemos com a História (ah, se tivéssemos investido mais nessa ciência!) e os compromissos dos que legislam e regulamentam a educação brasileira hoje é com o “mercado” e não com a sociedade, muito menos com a promoção de justiça, democracia, inclusão e tolerância (BODART, 2021, p. 1).

2022 é o ano em que a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) comemora seu décimo aniversário. São dez anos em que esta associação, da qual a CABECS faz parte, engaja-se pela promoção do ensino de Ciências Sociais no Brasil, considerando a relevância de suas três áreas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Suas ações têm congregado profissionais que atuam no magistério ou pesquisam sobre o ensino de Sociologia/Ciências Sociais em todos os níveis e segmentos: educação básica, graduação e pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Professor Adjunto do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). *E-mail:* [walaceuerj@yahoo.com.br](mailto:walaceuerj@yahoo.com.br)

2022, aliás, é o ano no qual a ABECS realizará seu V Congresso Nacional, agendado para os dias 24 e 26 de novembro, em Maceió/AL, reunindo pesquisadores do Brasil inteiro em um evento presencial que marca a luta pela vida frente à melhoria dos índices de contaminação e mortes provocadas pela pandemia da COVID-19, e a luta pelo lugar da Sociologia na educação básica, diante do retrocesso que caracteriza a Reforma do Ensino Médio, e o caos que marca o início de sua implantação nos estados.

Nestes dez anos, a ABECS, na qualidade de associação civil, cresceu em importância e na quantidade de projetos desenvolvidos, servindo de referência para que professores e estudantes desenvolvam seus trabalhos e estudos dotados de recursos didático-pedagógicos de qualidade científica, além de colaborar para a construção de uma significativa rede inter-regional de pesquisadores de ensino de Ciências Sociais. Em termos de suporte às aulas de Sociologia, e à formação docente, podemos mencionar o apoio à Editora Café com Sociologia na elaboração do Dicionário do Ensino de Sociologia (2020) e nas Coleções de Conceitos e Categorias do Ensino das Ciências Sociais (2021 e 2022), sendo dois volumes de cada uma das suas três áreas (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). No que se refere às iniciativas inter-regionais, destacamos o apoio a diversas obras de professores e pesquisadores relacionadas ao ensino de Ciências Sociais, publicadas pela Editora Café com Sociologia; a concepção do Observatório Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (On-ABECS), em 2020, projeto nacional que tem acompanhado de perto a implantação da Reforma do Ensino Médio nos estados; a realização, em 2021, do I Prêmio ABECS de Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais, premiando as melhores dissertações e teses dos últimos anos deste campo acadêmico; e sobretudo a criação da CABECS em 2017, revista que ao completar cinco anos de existência vai para sua décima primeira edição, contando com produções de relevância na área e com um número crescente de citações em trabalhos acadêmicos de referência.

A despeito das comemorações pelo potente crescimento da ABECS, a conjuntura que vivemos também é de preocupação e de resistência face à implantação do “novo” ensino médio, que já se inicia com as marcas do atraso. A Lei nº 13.415/2017, aprovada no contexto de valorização dos interesses de mercado e de fortalecimento de tendências políticas conservadoras, revelou-se um projeto educacional fruto de pouca discussão com a sociedade organizada. Ao contrário, descartou uma série de debates que democraticamente vinham ocorrendo. Tendo em vista a continuidade dos problemas estruturais do setor, a reforma, que neste ano de 2022 começa a ganhar forma em diversas redes de educação espalhadas pelo país, tende a acirrar as desigualdades socioeducacionais existentes, e, conseqüentemente, contribuir para a perpetuação da chaga das desigualdades socioeconômicas.

A Sociologia consiste em uma das áreas mais afetadas por este projeto, com redução de carga horária nas novas estruturas curriculares, assim como seus docentes têm sido convidados, em muitos casos, a lecionar Projeto de Vida, componente curricular não só questionável do ponto de vista de uma percepção propedêutica de ensino crítico, como distinto da formação que a Licenciatura em Ciências Sociais desenvolve nas universidades brasileiras. Embora a Resolução nº 05 de 2019 sinalize a necessidade de reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Licenciatura e atrele a formação de professores à BNCC e à pedagogia das competências, compreendidas entre competências gerais, competências específicas da área e habilidades correspondentes, não é fato que muitas licenciaturas estejam incorporando tais mudanças, provavelmente à espera do efetivo destino deste ensino médio, a depender dos condicionantes sociopolíticos pós-eleições de 2022.

A Reforma do Ensino Médio coloca a Sociologia, assim como todas as disciplinas, com exceção de Língua Portuguesa e Matemática, à margem do protagonismo curricular, retrocedendo a uma história da disciplina na educação básica marcada por avanços e retrocessos, entradas e saídas da grade. Esta

intermitência, cessada em 2008 com a Lei nº 11.684, que instituiu a obrigatoriedade da Sociologia nos três anos do ensino médio, tem na criação da ABECS um dos exemplos de demonstração da potência característica do ensino de Ciências Sociais nas escolas brasileiras e que deve ser fortemente questionada face à atual conjuntura.

Conforme explicado por Frigotto (2017), o desmanche do setor público e da escola pública está ligado à valorização do mercado empresarial voltado à educação, criando grupos de poder cuja referência é o mercado, para o qual os direitos são escassos e a competição constitui-se no principal horizonte. É exatamente este processo, apoiado no enfraquecimento científico do ensino médio, e direcionado para uma falsa percepção de que a formação técnica deve ser a solução majoritária para o desenvolvimento do país, que balisa esta reforma.

Ao observar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e considerando a relação entre o currículo e a prática educacional, precisamos estar atentos para que a noção de competência não individualize a aprendizagem ao ponto de gerar um modelo de educação disfuncional baseado em competências gerais que, supostamente, permitam a adaptabilidade a diferentes contextos, funções e mudanças, mas que na prática se vincule ao utilitarismo prático e a uma educação acrítica.

Papim e Mendonça (2021) salientam que a BNCC, ao focar nas competências e habilidades, desconsidera o caráter de disciplina escolar, a mediação didática do professor, a apropriação do conteúdo conceitual pelo aluno e a avaliação da aprendizagem enquanto processos complexos e diversificados. Essa forma de abordagem termina por relativizar, de maneira simplista, o processo formativo à correspondência da escala de habilidades e competências, em nome de uma suposta interdisciplinaridade expressa nos cinco Itinerários Formativos (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional). Essa “desdisciplinarização do currículo” (BODART;

FEIJÓ, 2020) desconsidera a ciência de origem e seus limites para a interdisciplinaridade, tornando o trabalho do professor um exercício mecânico de reprodução, estranho às potencialidades de aprendizagem, mediante contextos sociais e culturais diversos, plano de fundo da educação escolar.

Além desta apresentação, intitulada **“Os dez anos da ABECS e os desafios do ensino de Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio”**, a presente edição da CABECS oferece ao leitor sete trabalhos referentes a diversos temas do ensino de Ciências Sociais, destacando a predominância de abordagens sobre a Reforma do Ensino Médio à luz de uma análise crítica. Trata-se de uma comunicação, um relato de experiência, quatro artigos e uma resenha. No fim desta edição, e em comemoração aos dez anos da ABECS, a CABECS recupera a ata de fundação da entidade, para que todos aqueles que não conhecem sua história tenham a oportunidade de conhecê-la em sua origem.

A comunicação de Amaury Moraes, intitulada **“Base Nacional Comum Curricular: onde está a novidade? Um exercício de arqueologia da educação nacional”**, é uma versão reformulada de uma conferência proferida na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2017, referindo-se à uma análise da recente Reforma do Ensino Médio, exatamente no ano em que a Lei nº 13.415 foi aprovada. A partir de sua visão sobre o processo, o professor Amaury focou o seu discurso em uma visão crítica e embasada das expectativas à época vinculadas ao lançamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inclusive destacando aspectos presentes nas suas três versões e no lugar da Sociologia nesse contexto.

Com o título **“Fotografia e o ensino de Sociologia: captando os fenômenos sociais”**, o relato de experiência da professora Karla Luana Gomes Cunha apresenta uma atividade didático-pedagógica realizada em 2021, com alunos secundaristas de uma escola regular do município de Itapipoca, no Ceará, valendo-se do uso dessa importante ferramenta metodológica. No caso, as

fotografias foram produzidas pelos próprios estudantes, relacionando tópicos da realidade social a um olhar sobre as culturas juvenis.

Iniciando a seção de artigos, o primeiro trabalho é dos professores Cristiano das Neves Bodart e Rafaela Reis Azevedo de Oliveira, com o título **“O lugar do ensino de Sociologia no novo currículo de Alagoas”**. A produção consiste em uma pesquisa documental, que observa o lugar da Sociologia no novo currículo do ensino médio do estado de Alagoas, em vigor desde 2021. O currículo é examinado metodologicamente, segundo uma análise de conteúdo, explorando-se o referido documento e seu processo de elaboração a partir de uma perspectiva teórica híbrida (crítica e pós-crítica). Um dos pontos do artigo refere-se às possíveis implicações sobre o ensino de Sociologia e o espaço de atuação profissional dos(as) licenciados(as) em Ciências Sociais/Sociologia no estado de Alagoas, frente ao novo documento. Como conclusão, os autores destacam que a produção do currículo de Alagoas para o ensino médio foi marcada por tentativas de resistências ao processo de desdisciplinarização, de modo que sua configuração pode vir a ampliar, na parte dos Itinerários Formativos, os espaços de atuação dos licenciados em Ciências Sociais ou Sociologia na rede de ensino alagoano. Ao final do trabalho, Bodart e Reis salientam aspectos importantes, que envolvem todos os estados brasileiros que estão implantando a reforma e que também aparecem em outros artigos desta edição da CABECS: a necessidade de pesquisas futuras observarem e correlacionarem as práticas curriculares e o currículo real.

Em seguida, temos o artigo dos professores do Rio de Janeiro Afrânio Silva, Lier Pires Ferreira e Bruno da Costa Abreu, intitulado **“Neoliberalismo, Educação e Sociologia: o Novo Ensino Médio à luz da Pedagogia Histórico-Crítica”**. O texto é outro a examinar a reforma educacional instituída pela Lei nº 13.415/2017, porém, em uma perspectiva de impactos políticos e pedagógicos. O artigo parte da hipótese de que a reforma insere-se em um amplo movimento das novas dinâmicas do capital, que intensificaram o processo de mercantilização da educação e de propagação de uma ideologia liberal, cuja

finalidade é forjar um sujeito histórico submisso ao capital. O esforço dos autores consiste em analisar contextualmente alguns pontos da reforma no que tange à concepção do ensino-aprendizagem, utilizando diferentes expressões do marxismo e da pedagogia histórico-crítica como referenciais teóricos e metodológicos. O trabalho denuncia que o novo ensino médio deve ampliar o abismo entre uma educação voltada às classes populares e uma educação organizada para as elites.

Intitulado **“Ensino de Sociologia, currículo e intencionalidades educativas: há orientações praxiológicas emancipatórias na BNCC?”**, o artigo de Celeste Silvia Vuap M'mende, formada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), investiga os objetivos educacionais presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio à luz de uma proposta educativa que se volte à dimensão educacional “político-cultural” e marcada por uma intenção educativa “prática-emancipatória”. O texto estabelece uma análise das potencialidades e limitações da BNCC. A autora conclui que esse documento, devido ao seu viés neoliberal, traz poucas competências de orientação à produção de um currículo voltado a uma educação praxiológica de dimensão político-cultural, o que seria fundamental para a emancipação do sujeito e para o ensino de Sociologia.

Prosseguindo no tema da Reforma do Ensino Médio, a professora Rafaela Reis Azevedo de Oliveira e o professor Cristiano das Neves Bodart assinam um segundo artigo nesta edição, desta vez intitulado **“A Sociologia no novo currículo do ensino médio em Minas Gerais”**. Esta importante contribuição para as pesquisas sobre a implantação da reforma investiga o lugar da Sociologia escolar no Currículo Referência do Ensino Médio em Minas Gerais (CREM-MG) e, mais particularmente, nos seus Itinerários Formativos. O texto parte de uma evidência do currículo segundo gramáticas neoliberais, amparadas pelo empresariado e grifadas por um falso ganho com a flexibilização curricular. Ao contrário, nesse currículo o estudante acaba furtado de uma leitura crítica da sociedade, já que suas características imprimem um processo de

desdisciplinarização e de diluição de conteúdos estruturantes do ensino médio. Metodologicamente, o artigo realizou um exame das resoluções, do currículo referência do ensino médio e dos cadernos pedagógicos disponibilizados no site da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Como conclusão, os autores apontam o esforço da equipe de redatores do Currículo Referência em manter a Sociologia como componente obrigatório, mas reforçam que a não definição de habilitação específica de atuação docente para componentes curriculares dos Itinerários Formativos pode gerar ofertas menos qualificadas e competição acirrada entre os professores por carga horária, impactando diretamente a qualidade do ensino de Sociologia.

O último trabalho desta edição da CABECS consiste na resenha do professor Caio dos Santos Tavares acerca de um livro publicado pelo professor Cristiano das Neves Bodart, em 2021, por meio da Editora Café com Sociologia, intitulado **“Usos de canções no Ensino de Sociologia”**. A obra, composta por 159 páginas, e de leitura bastante agradável, tornou-se significativa fonte didática para professores de Sociologia, voltando-se a embasamentos teórico-metodológicos da prática do uso de canções no ensino de Sociologia, além de voltar-se a apresentações de inúmeros exemplos pedagógicos do uso deste recurso em sala de aula. É importante destacar a seriedade atribuída por Bodart ao uso de músicas como ferramenta didática, que objetiva não só deixar as aulas mais atrativas, mas, sobretudo, qualificá-las e deixá-las mais especializadas face à simplificação e ao pouco rigor científico de inúmeros materiais que rodeiam o universo escolar.

Por fim, na seção Documentos e Relatórios, o professor Thiago de Jesus Esteves, do CEFET/RJ, apresenta a **Ata de Fundação da Associação Brasileira de Ciências Sociais**, ocorrida na unidade Humaitá do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 2012. Trata-se de um documento histórico para a área de Ensino de Ciências Sociais do Brasil e expressão de luta por um ensino de Sociologia de qualidade, alinhado aos valores



democráticos da sociedade brasileira e alicerçado em pressupostos civilizatórios e nos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODART, Cristiano das Neves. O erro de desumanizar a Educação: o desastroso projeto da Reforma do Ensino Médio. **Blog Café com Sociologia**. Dez. 2021. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/desumanizar-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 05 set. 2022.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 219-234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 05 set. 2022.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. O impacto da BNCC no ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN. In: **Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS**. Brasília, 2021.

## COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

FERREIRA, Wallace. Os dez anos da ABECS e os desafios do ensino de Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. **CABECS**, v. 6, n. 1, p. 06-14, 2022.